

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS**Decreto-Lei n.º 68/2008**

de 14 de Abril

Nos termos do Programa do XVII Governo Constitucional considera-se prioritário construir uma estrutura coerente de governabilidade das várias escalas territoriais e definir, com clareza, em cada uma delas, as instituições intervenientes, os fundamentos da sua legitimidade e as respectivas competências e responsabilidades. Por isso, a coordenação, desconcentração e descentralização da gestão territorial, em consonância com a reorganização territorial da administração autárquica e a reforma administrativa do Estado, são fundamentais, no respeito pelos princípios da subsidiariedade e da coesão.

O associativismo municipal reveste-se de grande importância para que possam ser enfrentados, à escala adequada, problemas comuns a diferentes autarquias. Assim sendo, como define o Programa do XVII Governo Constitucional, o associativismo municipal deverá ter sempre um papel muito relevante na desejável articulação de políticas e acções ao nível supramunicipal.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2006, de 21 de Abril, que aprova o Programa para a Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), estabelece que certas competências, pela sua natureza e escala de intervenção, devem ser descentralizadas para as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto ou para associações de municípios, e que estas devem ser correspondentes a NUTS III ou à agregação da NUTS III. Igualmente o Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, que definiu o modelo de governação do QREN e dos respectivos programas operacionais, consubstancia o mesmo entendimento, dado que valoriza o papel das associações de municípios ao nível de NUTS III nos órgãos de aconselhamento estratégico dos programas operacionais regionais, bem como na previsão da execução descentralizada ou na contratualização de parcerias para gestão de parcelas dos programas operacionais regionais.

O conceito de nomenclatura das unidades territoriais estatísticas (NUTS) foi introduzido pelo EUROSTAT com o propósito de criar um padrão único e uniforme para a produção de estatísticas e de repartição de fundos ao nível regional na União Europeia. Este conceito trouxe uma classificação única para as várias tipologias regionais existentes nos Estados membros, visando a harmonização de critérios para efeitos informativos e estatísticos comuns a todos os países da União Europeia.

Mas foi apenas em 2003 que foi aprovado o Regulamento (CE) n.º 1059/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio de 2003, publicado no *Jornal Oficial* n.º L 154 de 21 de Junho de 2003, referente a NUTS.

O presente decreto-lei adopta o conceito de unidades territoriais, definidas com base nas NUTS III existentes ajustadas com dinâmicas territoriais já estabilizadas.

Nos municípios e nas respectivas associações estão criadas expectativas de que a mudança no modelo institucional e territorial se opera por referência às NUTS III. Assim, numa lógica de ganho de escala e de coerência de políticas públicas, muitas associações de municípios já

iniciaram um trabalho de referência, no âmbito de políticas estratégicas e de planeamento, a uma escala intermunicipal. Essa política estratégica e de planeamento foi, em grande parte dos casos, resultado da vontade expressa dos municípios, mas também dos conselhos regionais das comissões de coordenação e desenvolvimento regional, como órgãos consultivos e representativos dos interesses regionais, que incluem representantes dos municípios, organizações não governamentais, universidades e institutos politécnicos, associações patronais e sindicais, organismos desconcentrados da administração central e representantes de entidades regionais e nacionais relevantes e individualidades de reconhecido mérito nas respectivas regiões.

Assim, o presente decreto-lei confere coerência a unidades territoriais definidas com base nas NUTS III, refletindo uma lógica económica, social, histórica, geográfica, cultural, ambiental e de representação institucional, conferindo racionalidade e harmonia à relação do Estado com a administração local.

Foi ouvida a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Assim:

Nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º**Objecto**

O presente decreto-lei procede à definição das unidades territoriais para efeitos de organização territorial das associações de municípios e das áreas metropolitanas e para a participação em estruturas administrativas do Estado e nas estruturas de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN).

Artigo 2.º**Áreas geográficas**

1 — As unidades territoriais previstas no presente decreto-lei são definidas com base nas nomenclaturas das unidades territoriais estatísticas de nível 3 (NUTS III) com as seguintes alterações:

- a*) Os municípios de Cabeceiras de Basto e Mondim de Basto da NUTS III do Tâmega integram a unidade territorial do Ave;
- b*) Os municípios da Trofa e Santo Tirso da NUTS III do Ave integram a unidade territorial do Grande Porto;
- c*) O município de Murça da NUTS III do Alto-Trás-os-Montes integra a unidade territorial do Douro;
- d*) O município de Vila Flor da NUTS III do Douro integra a unidade territorial do Alto-Trás-os-Montes;
- e*) O município de Ribeira de Pena da NUTS III do Tâmega integra a unidade territorial do Alto-Trás-os-Montes;
- f*) O município da Mealhada da NUTS III do Baixo Vouga integra a unidade territorial do Baixo Mondego;
- g*) O município de Mortágua da NUTS III do Dão-Lafões integra a unidade territorial do Baixo Mondego.

2 — As unidades territoriais, para efeitos do disposto no presente decreto-lei, são as estabelecidas no anexo I e no mapa do anexo II.

Artigo 3.º

Tratamento de dados

A Direcção-Geral das Autarquias Locais procede ao tratamento dos dados relativos às unidades territoriais estabelecidas no presente decreto-lei.

Artigo 4.º

Entrada em vigor

O presente decreto-lei entra em vigor no dia seguinte à sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 7 de Fevereiro de 2008. — *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

Promulgado em 3 de Abril de 2008.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 4 de Abril de 2008.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

ANEXO I

Unidades territoriais no continente**Região do Norte**

Unidade territorial do Minho-Lima

Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira.

Unidade territorial do Cávado

Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Terras de Bouro e Vila Verde.

Unidade territorial do Ave

Cabeceiras de Basto, Fafe, Guimarães, Mondim de Basto, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão e Vizela.

Unidade territorial do Grande Porto

Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Trofa, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia.

Unidade territorial do Tâmega

Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel e Resende.

Unidade territorial do Entre Douro e Vouga

Arouca, Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis, São João da Madeira e Vale de Cambra.

Unidade territorial do Douro

Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Lamego, Mesão Frio, Moimenta da Beira, Murça, Penedono, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta

de Penaguião, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo, Vila Real e Vila Nova de Foz Côa.

Unidade territorial do Alto Trás-os-Montes

Alfândega da Fé, Boticas, Bragança, Chaves, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços, Vila Flor, Vila Pouca de Aguiar, Vimioso e Vinhais.

Região do Centro

Unidade territorial do Baixo Vouga

Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos.

Unidade territorial do Baixo Mondego

Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Mealhada, Mira, Montemor-o-Velho, Mortágua, Penacova e Soure.

Unidade territorial do Pinhal Litoral

Batalha, Leiria, Marinha Grande, Pombal e Porto de Mós.

Unidade territorial do Pinhal Interior Norte

Alvaiázere, Ansião, Arganil, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela, Tábua e Vila Nova de Poiares.

Unidade territorial do Pinhal Interior Sul

Mação, Oleiros, Proença-a-Nova, Sertão e Vila de Rei.

Unidade territorial do Dão-Lafões

Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Mangualde, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela.

Unidade territorial da Serra da Estrela

Fornos de Algodres, Gouveia e Seia.

Unidade territorial da Beira Interior Norte

Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda, Manteigas, Meda, Pinhel, Sabugal e Trancoso.

Unidade territorial da Beira Interior Sul

Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor e Vila Velha de Ródão.

Unidade territorial da Cova da Beira

Belmonte, Covilhã e Fundão.

Região de Lisboa e Vale do Tejo

Unidade territorial da Grande Lisboa

Amadora, Cascais, Lisboa, Loures, Odivelas, Oeiras, Sintra, Vila Franca de Xira e Mafra.

Unidade territorial da Península de Setúbal

Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal.

Unidade territorial da Lezíria do Tejo

Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém.

Unidade territorial do Médio Tejo

Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Ourém, Sardoal, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha.

Unidade territorial do Oeste

Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

Região do Alentejo

Unidade territorial do Alentejo Litoral

Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines.

Unidade territorial do Alto Alentejo

Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte, Mora, Nisa, Ponte de Sor e Portalegre.

Unidade territorial do Alentejo Central

Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Sousel, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vila Viçosa.

Unidade territorial do Baixo Alentejo

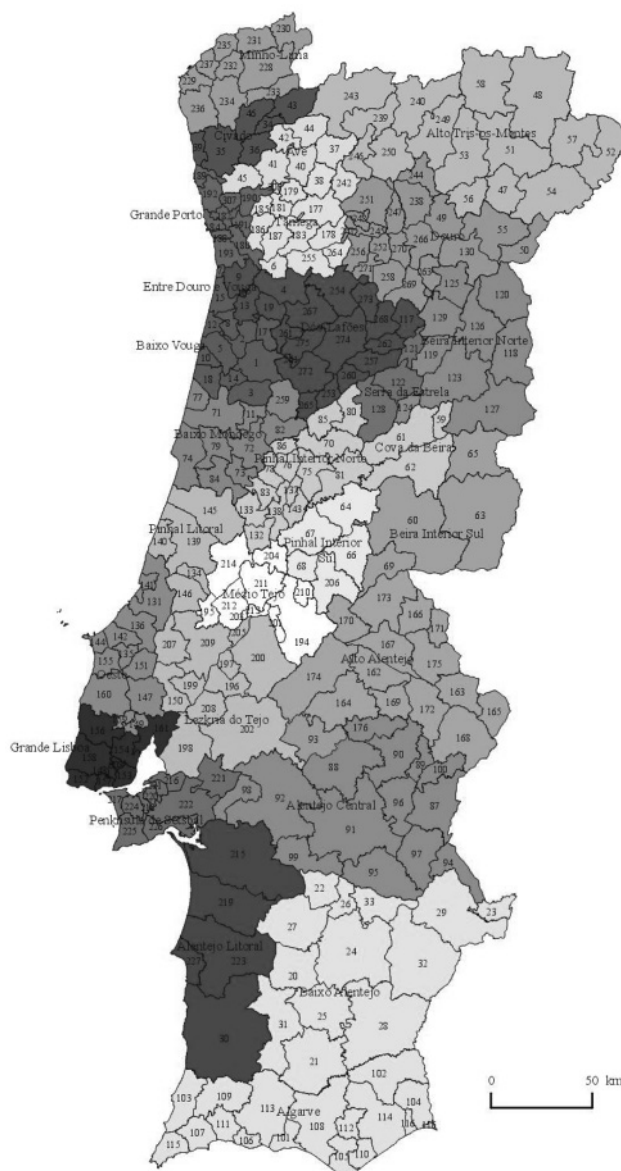
Aljustrel, Almodôvar, Alvitto, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Mértola, Moura, Ourique, Serpa e Vidigueira.

Região do Algarve

Unidade territorial do Algarve

Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Monchique, Olhão, Portimão, São Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António.

ANEXO II



Municípios do continente por unidades territoriais

Município	Unidades territoriais	Código
Abrantes	Médio Tejo	194
Águeda	Baixo Vouga	1
Aguiar da Beira	Dão-Lafões	117
Alandroal	Alentejo Central	87
Albergaria-a-Velha	Baixo Vouga	2
Albufeira	Algarve	101
Alcácer do Sal	Alentejo Litoral	215
Alcanena	Médio Tejo	195
Alcobaça	Oeste	131
Alcochete	Península de Setúbal	216
Alcoutim	Algarve	102
Alenquer	Oeste	147
Alfândega da Fé	Alto Trás-os-Montes	47
Alijó	Douro	238
Aljezur	Algarve	103
Aljustrel	Baixo Alentejo	20
Almada	Península de Setúbal	217
Almeida	Beira Interior Norte	118
Almeirim	Lezíria do Tejo	196
Almodôvar	Baixo Alentejo	21
Alpiarça	Lezíria do Tejo	197
Alter do Chão	Alto Alentejo	162

Município	Unidades territoriais	Código	Município	Unidades territoriais	Código
Alvaiázere	Pinhal Interior Norte	132	Fundão	Cova da Beira	62
Alvito	Baixo Alentejo	22	Gavião	Alto Alentejo	170
Amadora	Grande Lisboa	148	Góis	Pinhal Interior Norte	75
Amarante	Tâmega	177	Golegã	Lezíria do Tejo	205
Amares	Cávado	34	Gondomar	Grande Porto	180
Anadia	Baixo Vouga	3	Gouveia	Serra da Estrela	122
Ansião	Pinhal Interior Norte	133	Grândola	Alentejo Litoral	219
Arcos de Valdevez	Minho-Lima	228	Guarda	Beira Interior Norte	123
Arganil	Pinhal Interior Norte	70	Guimarães	Ave	41
Armamar	Douro	252	Idanha-a-Nova	Beira Interior Sul	63
Arouca	Entre Douro e Vouga	4	Ílhavo	Baixo Vouga	10
Arraiolos	Alentejo Central	88	Lagoa	Algarve	106
Arronches	Alto Alentejo	163	Lagos	Algarve	107
Arruda dos Vinhos	Oeste	149	Lamego	Douro	256
Aveiro	Baixo Vouga	5	Leiria	Pinhal Litoral	139
Avis	Alto Alentejo	164	Lisboa	Grande Lisboa	153
Azambuja	Lezíria do Tejo	150	Loulé	Algarve	108
Baião	Tâmega	178	Loures	Grande Lisboa	154
Barcelos	Cávado	35	Lourinhã	Oeste	155
Barrancos	Baixo Alentejo	23	Lousã	Pinhal Interior Norte	76
Barreiro	Península de Setúbal	218	Lousada	Tâmega	181
Batalha	Pinhal Litoral	134	Mação	Pinhal Interior Sul	206
Beja	Baixo Alentejo	24	Macedo de Cavaleiros	Alto Trás-os-Montes	51
Belmonte	Cova da Beira	59	Mafra	Grande Lisboa	156
Benavente	Lezíria do Tejo	198	Maia	Grande Porto	182
Bombarral	Oeste	135	Mangualde	Dão-Lafões	257
Borba	Alentejo Central	89	Manteigas	Beira Interior Norte	124
Boticas	Alto Trás-os-Montes	239	Marco de Canaveses	Tâmega	183
Braga	Cávado	36	Marinha Grande	Pinhal Litoral	140
Bragança	Alto Trás-os-Montes	48	Marvão	Alto Alentejo	171
Cabeceiras de Basto	Ave	37	Matosinhos	Grande Porto	184
Cadaval	Oeste	151	Mealhada	Baixo Mondego	11
Caldas da Rainha	Oeste	136	Meda	Beira Interior Norte	125
Caminha	Minho-Lima	229	Melgaço	Minho-Lima	230
Campo Maior	Alto Alentejo	165	Mértola	Baixo Alentejo	28
Cantanhede	Baixo Mondego	71	Mesão Frio	Douro	241
Carraceda de Ansiães	Douro	49	Mira	Baixo Mondego	77
Carregal do Sal	Dão-Lafões	253	Miranda do Corvo	Pinhal Interior Norte	78
Cartaxo	Lezíria do Tejo	199	Miranda do Douro	Alto Trás-os-Montes	52
Cascais	Grande Lisboa	152	Mirandela	Alto Trás-os-Montes	53
Castanheira de Pera	Pinhal Interior Norte	137	Mogadouro	Alto Trás-os-Montes	54
Castelo Branco	Beira Interior Sul	60	Moimenta da Beira	Douro	258
Castelo de Paiva	Tâmega	6	Moita	Península de Setúbal	220
Castelo de Vide	Alto Alentejo	166	Monção	Minho-Lima	231
Castro Daire	Dão-Lafões	254	Monchique	Algarve	109
Castro Marim	Algarve	104	Mondim de Basto	Ave	242
Castro Verde	Baixo Alentejo	25	Monforte	Alto Alentejo	172
Celorico da Beira	Beira Interior Norte	119	Montalegre	Alto Trás-os-Montes	243
Celorico de Basto	Tâmega	38	Montemor-o-Novo	Alentejo Central	92
Chamusca	Lezíria do Tejo	200	Montemor-o-Velho	Baixo Mondego	79
Chaves	Alto Trás-os-Montes	240	Montijo	Península de Setúbal	221
Cinfães	Tâmega	255	Mora	Alto Alentejo	93
Coimbra	Baixo Mondego	72	Mortágua	Baixo Mondego	259
Condeixa-a-Nova	Baixo Mondego	73	Moura	Baixo Alentejo	29
Constância	Médio Tejo	201	Mourão	Alentejo Central	94
Coruche	Lezíria do Tejo	202	Murça	Douro	244
Covilhã	Cova da Beira	61	Murtosa	Baixo Vouga	12
Crato	Alto Alentejo	167	Nazaré	Oeste	141
Cuba	Baixo Alentejo	26	Nelas	Dão-Lafões	260
Elvas	Alto Alentejo	168	Nisa	Alto Alentejo	173
Entroncamento	Médio Tejo	203	Óbidos	Oeste	142
Espinho	Grande Porto	7	Odemira	Alentejo Litoral	30
Esposende	Cávado	39	Odivelas	Grande Lisboa	308
Estarreja	Baixo Vouga	8	Oeiras	Grande Lisboa	157
Estremoz	Alentejo Central	90	Oleiros	Pinhal Interior Sul	64
Évora	Alentejo Central	91	Olhão	Algarve	110
Fafe	Ave	40	Oliveira de Azeméis	Entre Douro e Vouga	13
Faro	Algarve	105	Oliveira de Frades	Dão-Lafões	261
Felgueiras	Tâmega	179	Oliveira do Bairro	Baixo Vouga	14
Ferreira do Alentejo	Baixo Alentejo	27	Oliveira do Hospital	Pinhal Interior Norte	80
Ferreira do Zêzere	Médio Tejo	204	Ourém	Médio Tejo	214
Figueira da Foz	Baixo Mondego	74	Ourique	Baixo Alentejo	31
Figueira de Castelo Rodrigo	Beira Interior Norte	120	Ovar	Baixo Vouga	15
Figueiró dos Vinhos	Pinhal Interior Norte	138	Paços de Ferreira	Tâmega	185
Fornos de Algodres	Serra da Estrela	121	Palmela	Península de Setúbal	222
Freixo de Espada à Cinta	Douro	50	Pampilhosa da Serra	Pinhal Interior Norte	81
Fronteira	Alto Alentejo	169	Paredes	Tâmega	186

Município	Unidades territoriais	Código
Paredes de Coura	Minho-Lima	232
Pedrógão Grande	Pinhal Interior Norte	143
Penacova	Baixo Mondego	82
Penafiel	Tâmega	187
Penalva do Castelo	Dão-Lafões	262
Penamacor	Beira Interior Sul	65
Penedono	Douro	263
Penela	Pinhal Interior Norte	83
Peniche	Oeste	144
Peso da Régua	Douro	245
Pinhel	Beira Interior Norte	126
Pombal	Pinhal Litoral	145
Ponte da Barca	Minho-Lima	233
Ponte de Lima	Minho-Lima	234
Ponte de Sor	Alto Alentejo	174
Portalegre	Alto Alentejo	175
Portel	Alentejo Central	95
Portimão	Algarve	111
Porto	Grande Porto	188
Porto de Mós	Pinhal Litoral	146
Póvoa de Lanhoso	Ave	42
Póvoa de Varzim	Grande Porto	189
Proença-a-Nova	Pinhal Interior Sul	66
Redondo	Alentejo Central	96
Reguengos de Monsaraz	Alentejo Central	97
Resende	Tâmega	264
Ribeira de Pena	Alto Trás-os-Montes	246
Rio Maior	Lezíria do Tejo	207
Sabrosa	Douro	247
Sabugal	Beira Interior Norte	127
Salvaterra de Magos	Lezíria do Tejo	208
Santa Comba Dão	Dão-Lafões	265
Santa Maria da Feira	Entre Douro e Vouga	9
Santa Marta de Penaguião	Douro	248
Santarém	Lezíria do Tejo	209
Santiago do Cacém	Alentejo Litoral	223
Santo Tirso	Grande Porto	190
São Brás de Alportel	Algarve	112
São João da Madeira	Entre Douro e Vouga	16
São João da Pesqueira	Douro	266
São Pedro do Sul	Dão-Lafões	267
Sardoal	Médio Tejo	210
Sátão	Dão-Lafões	268
Seia	Serra da Estrela	128
Seixal	Península de Setúbal	224
Sernancelhe	Douro	269
Serpa	Baixo Alentejo	32
Sertão	Pinhal Interior Sul	67
Sesimbra	Península de Setúbal	225
Setúbal	Península de Setúbal	226
Sever do Vouga	Baixo Vouga	17
Silves	Algarve	113
Sines	Alentejo Litoral	227
Sintra	Grande Lisboa	158
Sobral de Monte Agraço	Oeste	159
Soure	Baixo Mondego	84
Sousel	Alentejo Central	176
Tábua	Pinhal Interior Norte	85
Tabuaço	Douro	270
Tarouca	Douro	271
Tavira	Algarve	114
Terras de Bouro	Cávado	43
Tomar	Médio Tejo	211
Tondela	Dão-Lafões	272
Torre de Moncorvo	Douro	55
Torres Novas	Médio Tejo	212
Torres Vedras	Oeste	160
Trancoso	Beira Interior Norte	129
Trofa	Grande Porto	307
Vagos	Baixo Vouga	18
Vale de Cambra	Entre Douro e Vouga	19
Valença	Minho-Lima	235
Valongo	Grande Porto	191
Valpaços	Alto Trás-os-Montes	249
Vendas Novas	Alentejo Central	98

Município	Unidades territoriais	Código
Viana do Alentejo	Alentejo Central	99
Viana do Castelo	Minho-Lima	236
Vidigueira	Baixo Alentejo	33
Vieira do Minho	Ave	44
Vila de Rei	Pinhal Interior Sul	68
Vila do Bispo	Algarve	115
Vila do Conde	Grande Porto	192
Vila Flor	Alto Trás-os-Montes	56
Vila Franca de Xira	Grande Lisboa	161
Vila Nova da Barquinha	Médio Tejo	213
Vila Nova de Cerveira	Minho-Lima	237
Vila Nova de Famalicão	Ave	45
Vila Nova de Foz Côa	Douro	130
Vila Nova de Gaia	Grande Porto	193
Vila Nova de Paiva	Dão-Lafões	273
Vila Nova de Poiares	Pinhal Interior Norte	86
Vila Pouca de Aguiar	Alto Trás-os-Montes	250
Vila Real	Douro	251
Vila Real de Santo António	Algarve	116
Vila Velha de Ródão	Beira Interior Sul	69
Vila Verde	Cávado	46
Vila Viçosa	Alentejo Central	100
Vimioso	Alto Trás-os-Montes	57
Vinhais	Alto Trás-os-Montes	58
Viseu	Dão-Lafões	274
Vizela	Ave	306
Vouzela	Dão-Lafões	275

Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/2008

O artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 102/2001, de 29 de Março, criou transitoriamente, pelo período de três anos, uma equipa de projecto, tendo em vista o desenvolvimento de projectos e aplicações informáticas, bem como o apoio à utilização da informática e das novas tecnologias de informação nos tribunais.

Esta estrutura foi objecto de avaliação e em virtude dos bons resultados verificados o Governo, através do Decreto-Lei n.º 128/2004, de 1 de Junho, prorrogou o seu prazo de funcionamento até 30 de Março de 2007. O Decreto-Lei n.º 124/2007, de 27 de Abril, que revogou o Decreto-Lei n.º 102/2001, e que aprovou a nova Lei Orgânica da Direcção-Geral da Administração da Justiça, excepcionou no artigo 10.º a extinção da equipa de projecto de apoio à informatização dos tribunais, mantendo a sua estrutura, a sua composição e a remuneração dos membros da equipa de projecto. A Resolução do Conselho de Ministros n.º 106/2007, de 14 de Agosto, compreendendo a fundamentação exposta, decidiu prorrogar por um ano a manutenção da referida equipa.

É neste quadro que as tarefas desempenhadas pelos elementos da equipa de projectos formada essencialmente por funcionários judiciais vêm contribuindo de forma decisiva para a informatização dos tribunais através da criação e desenvolvimento de aplicações informáticas e do apoio aos seus utilizadores.

É a estrutura responsável pelo desenvolvimento de aplicações informáticas como a aplicação de gestão processual *Habilus* e do novo programa *Citius* que garante o registo e a tramitação da totalidade dos processos que correm termos em todos os tribunais judiciais, a aplicação de gestão orçamental dos tribunais e a aplicação de gestão de injunções.

Igualmente, é a estrutura responsável pelo apoio a mais de 12 500 utilizadores, entre magistrados e funcionários, e o funcionamento de mais de 50 000 equipamentos de informática.